

Representações de violência na mídia regional e imaginário do medo¹

Igor José Siquieri SAVENHAGO

Universidade de São Paulo (USP-Ribeirão) e Universidade de Franca (Unifran)

Maria Sâmara de Jesus AZEVEDO

Universidade de São Paulo (USP-Ribeirão)

Sérgio KODATO

. Universidade de São Paulo (USP-Ribeirão)

Resumo

Este artigo, que é parte de um trabalho em desenvolvimento, num campo de estudos multidisciplinar, analisa, discursivamente, a partir da Teoria das Representações Sociais (TRS), duas entrevistas que abordam a filiação ou resistência a sentidos de violência com base na cobertura feita por programas jornalísticos televisivos da região de Ribeirão Preto-SP. A teoria, proposta por Moscovici (2003), observa como os sujeitos pensam o mundo e como isso influencia na definição de suas ações/conduas. Os resultados preliminares das entrevistas apontam quatro características recorrentes: os saberes jornalísticos reconhecidos como verdadeiros, a violência como objeto de consumo, prejuízos ao processo civilizatório e atribuição do comportamento violento à má índole, com conseqüente legitimação da repressão policial.

Palavras-chave: sujeitos; discurso; imprensa; direitos humanos.

Representações sociais

O estudo da influência da televisão no dia a dia dos sujeitos não tem sido uma ocupação apenas das Ciências da Comunicação, mas de vários campos do conhecimento, como a Sociologia, a Antropologia, as Ciências Políticas, a Filosofia e a Psicologia Social. Todos esses, indistintamente, teriam em comum com a Comunicação, segundo Pavarino (2003, p. 4), o “interesse na relação do indivíduo com a sociedade, com seu grupo e com sua identidade e o papel de organizador social dos *mass media*”.

¹ Trabalho apresentado no DT 6 – Interfaces Comunicacionais do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 17 a 19 de junho de 2016.

No caso da Psicologia Social, uma das teorias que, segundo a autora, confirmam o papel de dar aos meios de comunicação de massa, como a televisão, um *status* de intermediador entre os indivíduos e a sociedade, é a das Representações Sociais, conforme proposta por Moscovici (2003). A partir dessa teoria, as representações sociais podem ser definidas como as formas com que os sujeitos pensam o mundo e, baseados nelas, definem suas ações/conduas. Ou, então, como um conjunto de imagens mentais que, na ausência do objeto real, permitem evocá-lo.

Ao debruçar-se sobre as representações que podem ser produzidas pelos telespectadores, por exemplo, a Teoria das Representações Sociais (TRS) buscaria, de acordo com Pavarino (2003), compreender a gestão compartilhada do discurso que é (re)produzido no âmbito dos meios de comunicação de massa e que reforça o senso comum ou, pelo contrário, promove estratégias de resistência. A proposta, então, é analisar como os sujeitos são influenciados pelo conteúdo veiculado, como eles passam a representar (pensar) o mundo olhando para a televisão e de que forma essas representações definem suas relações sociais.

Os meios de comunicação de massa são difusores de valores, conhecimentos e uma infinidade de representações sociais. Muitas delas são apropriadas pelos sujeitos e outras descartadas, com base no conjunto de experiências e conhecimentos adquiridos ao longo da vida. Entende-se que são as relações sociais, a troca de informações, o jogo da alteridade, do contato eu-outro, que determinam a que tipo de saberes circulantes na sociedade será conferido mais ou menos valor, quais serão reproduzidos ou abafados, quais serão alimentados ou ocultados.

A TRS, portanto, procura dar respaldo científico aos saberes do senso comum, observando como os sujeitos que interagem de forma ininterrupta com representações sociais selecionam quais serão interpretadas, reinterpretadas e levadas adiante, quais serão questionadas, rebatidas ou rechaçadas e quais serão esquecidas, além de considerar todo um contexto que permite essa dinâmica, como o ambiente em que os sujeitos estão inseridos, as experiências deles com determinados temas e os conflitos envolvidos nessas relações.

Quando formulou a teoria, Moscovici (2003) não acreditava que o homem lida com as representações sociais de forma passiva. Segundo o teórico, as representações são ressignificadas e transformadas a todo tempo, dando origem a novas formas de ver e conhecer o mundo. Isso demonstraria que as linguagens não se apresentam da mesma

maneira a diferentes sujeitos. Em outras palavras, não são claras, mas palco de discussões, discordâncias, conflitos.

Sempre que uma ressignificação torna-se necessária, há conflitos entre o que foi dito e o efetivamente compreendido. As representações expõem estes conflitos, apresentam uma nova compreensão e permitem que discursos diferentes convivam num mesmo ambiente (PAVARINO, 2003, p. 6).

Jodelet também se refere à relevância das representações sociais para entendimento das dinâmicas sociais, especialmente da gestão de conflitos.

Frente a esse mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou ideias, não somos (apenas) automatismos, nem estamos isolados num vazio social; partilhamos esse mundo com os outros que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo. Eis porque as representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a elas de forma definitiva (JODELET, 2001, p. 17).

Com base nessas questões, Rouquette (1998, in PAVARINO, 2003) propõe reflexões a partir de dois questionamentos: “Como, quando e quanto os meios de comunicação influenciam as representações sociais?” e “Como, quando e quanto os meios de comunicação refletem as representações sociais?”.

Para o autor, esse processo se apresenta como uma via de mão dupla, em que meios de comunicação de massa e público se interferem mutuamente, de forma que não se consegue precisar quando termina a influência de um e começa a do outro. A troca é concomitante. Ele afirma, porém, existir níveis diferentes de influência, que é maior conforme a posição de poder ocupada.

Essa questão é reforçada por Porto (2009):

As mídias constituem, nas modernas democracias contemporâneas, um dos principais produtores de representações sociais, as quais, para além de seu conteúdo como falso ou verdadeiro, têm função pragmática como orientadoras de condutas dos atores sociais. (...) Ao pautar uma matéria, a mídia, ao mesmo tempo em que apresenta e representa determinados acontecimentos, mediados por sua versão dos fatos, está silenciando outros (PORTO, 2009, p. 211).

Ainda segundo Porto, a televisão detém uma hegemonia sobre outros tipos de mídia e, por isso, as representações sociais veiculadas por ela têm mais chances de ser reproduzidas se comparadas aos reflexos das representações advindas dos espectadores.

Há todo um aparato de linguagem, de rotinas produtivas do jornalismo, de economia de tempo, do espaço e da imagem para que um fato seja alçado à condição de acontecimento e ganhe todas as mídias. Nesse sentido, os meios alimentam-se dos meios, a partir da hegemonia da televisão (PORTO, 2009, p. 217), que “age sobre os telespectadores comuns, mas também sobre as demais mídias (CHAMPAGNE, 2003, in PORTO, 2009, p. 217).

Representações de violência e imaginário do medo

Considerando o exposto, se as sociedades humanas são permeadas por conflitos e eles aparecem nas linguagens, pelas quais as representações sociais são formuladas e transmitidas, é por meio das linguagens também que esses conflitos são apaziguados ou reforçados. Através de ressignificações de conceitos, silenciamentos ou esquecimentos, os sujeitos são constituídos e constituem o outro por meio de práticas discursivas, num jogo de tensões entre o que pode vir à tona e o que não convém, segundo os interesses traçados pelas relações de poder.

Havendo o reforço dos conflitos, de forma que se use a força física ou uma posição de poder contra outra pessoa, a si próprio ou a algum patrimônio, afetando a integridade física ou moral, configura-se, para muitos autores, a “violência”, que seria fruto da decadência do processo civilizatório, da perda da capacidade humana de conviver em acordo com as normas sociais vigentes. Quando é tema de reportagens jornalísticas, sobretudo na televisão, a violência não é, porém, somente resultado de conflitos, mas contribui para despertar uma série deles, principalmente no que concerne às representações sociais sobre ela veiculadas.

Um dos primeiros pontos a serem observados, segundo Porto (2009), é que a violência não é percebida na mídia como algo que se origina dos próprios conflitos sociais, mas como responsável pelo caos numa sociedade que poderia ser harmoniosa, ou seja, não são os problemas sociais que produzem violência; é a violência que produz os problemas sociais. Por isso, não haveria outra forma de combatê-la a não ser por meio da repressão policial. Um aparente contrassenso, já que os programas jornalísticos, que se posicionam geralmente como agentes transformadores da sociedade, ignoram a possibilidade de transformação do sujeito classificado como violento.

A violência, nesse caso, é apresentada de forma maniqueísta, uma luta do bem contra o mal, em que este precisa ser apartado do convívio social. Sob essa óptica, se a repressão oficial falha, o cidadão passa a ter o direito de combater a violência por conta própria, para que os perturbadores da ordem social possam ser eliminados.

Segundo Araújo (2010), a relação entre mídia e violência no Brasil constitui uma indústria que encontrou na espetacularização de episódios de segurança pública uma alternativa lucrativa.

Em muitas periferias e pequenas cidades do interior o poder público não é capaz de registrar as ocorrências de casos de violência, como roubos, furtos, agressões, litígios entre vizinhos, desastres naturais, saques, etc. Desta forma, a população muitas vezes recorre aos meios de comunicação como única alternativa para que suas reclamações ecoem entre os organismos responsáveis pela solução dos conflitos cotidianos. É neste espaço que se nutrem os meios de comunicação sensacionalistas (ARAÚJO, 2010, p. 5).

O cenário não é muito diferente, para Junqueira (1998), quando se levam em conta as emissoras regionais e locais de televisão, tendo em vista a submissão aos padrões das matrizes que, conforme a autora, priorizam altos índices de audiência em detrimento da qualidade.

Os responsáveis pela programação não demonstram mais a mínima preocupação com as consequências sociais de suas produções, fato que deveria colocar o assunto na pauta de discussão das instituições públicas e privadas, movimentos sociais, visto que a única solução possível só poderá ser vislumbrada no âmbito das considerações políticas sobre o processo geral da globalização (JUNQUEIRA, 1998, p. 7).

O noticiário televisivo sobre violência interfere, decisivamente, para a constituição de imagens mentais sobre o medo que se relacionam, por semelhança, às representações sociais de violência veiculadas. Para Correa (2010, p. 92), um dos fatores preponderantes para a disseminação do medo é o ato de narrar, como o que pode ser observado nos meios de comunicação de massa. “Essas narrativas do cotidiano, sejam elas orais ou mesmo as disseminadas massivamente pelos meios de comunicação, são por onde os significados são produzidos e por onde as articulações simbólicas influem nas práticas sociais”.

O imaginário do medo seria um estado em que os sujeitos transferem para o seu contexto social características de episódios de violência observados em outros lugares, sob o filtro da imprensa. Com a repetição exaustiva de casos de assassinatos, roubos e outros

tipos de crimes, passam a imaginar que correm, a todo tempo, risco de serem vítimas de atos violentos e que podem virar presa do inimigo, no caso o bandido, a qualquer momento. Esse cenário provoca prejuízos ao processo civilizatório, já que exclui a possibilidade de convivência com o desconhecido, que passa a ser visto como perigoso, além do que alimenta a indústria da segurança, representada pelo mercado das empresas privadas especializadas em mecanismos de vigilância, e legitima as ações de controle social, como a própria repressão policial, permitindo ao Estado, segundo Teixeira (1998), “medidas cada vez mais autoritárias, leis cada vez mais punitivas, legitimadas por demandas sociais de proteções reais e imaginárias, principalmente de alguns setores da sociedade, em especial, a classe média”.

Isso também é afirmado por Koury:

A incerteza quanto ao futuro, a ineficácia ou pouca eficácia das políticas sociais de inclusão, a violência social que os exclui, através de uma cultura do medo que os considera marginais perigosos, a serem evitados e, às vezes, exterminados, banaliza o teor social de incerteza presente nas atitudes dos jovens e para os jovens pobres, aumentando a exclusão e fazendo crescer suas atitudes agressivas e nas relações entorno. (...) Esse panorama parece fortalecer, a cada dia, a cultura do medo no imaginário brasileiro e essa cultura encontra-se respaldada por uma indústria do medo em expansão no país, desde a década de 1970 (KOURY, 2011, p. 472).

Ainda para Koury (2011), a cultura do medo isola as pessoas, já que cria uma barreira invisível que as separa, representada pelo distanciamento em relação ao outro, que deve ser evitado.

Entre os jovens, esse embaraço ganha contornos mais nítidos, associado que está a um distanciamento maior e cada vez mais alongado do poder de consumo, que vai desde o tempo e a qualidade da educação formal à questão da inserção no mercado de trabalho precoce e cada vez mais difícil, até a aquisição de objetos de moda (p. 472).

Para que haja mudanças nessas formas de representação, é necessário, segundo Morigi (2004), repensar as práticas discursivas hegemônicas na sociedade, como as provenientes da mídia, a partir do uso da própria TRS, por meio de uma ciência que discuta uma nova ética para nortear a produção de sentido das produções midiáticas e que traga, tanto para a discussão acadêmica e, por consequência, social, um pluralismo de visões e posicionamentos, diferente dos conceitos, muitas vezes unilaterais, consolidados na

imprensa, mais intensamente nos veículos locais/regionais que, em tese, estão mais próximos do público.

Longe de ser uma ética universalista, ela [Teoria das Representações Sociais] é pluralista em respeito ao multiculturalismo emancipatório, fundamentado em princípios de solidariedade, justiça social, fraternidade e emancipação humana. Ainda que isso necessite ser ressignificado continuamente no interior de cada cultura, ela se torna capaz de contrapor as formas de massificação das representações que circulam na esfera pública (MORIGI, 2004, p. 10-11).

A análise

Partindo de toda essa conceituação, os autores deste trabalho analisaram, discursivamente, baseados na TRS, duas entrevistas semiestruturadas, pelas quais procuraram abordar, com os sujeitos, a adesão ou resistência a sentidos de violência produzidos no jogo das relações estabelecidas com conteúdos sobre violência veiculados em noticiários televisivos da região de Ribeirão Preto/SP. Duarte (2005) explica que esse tipo de entrevista parte de um pré-roteiro, que vai sendo ampliado conforme as respostas.

As entrevistas foram feitas durante o primeiro semestre de 2014. A de nº 1, em Sertãozinho/SP, com um designer gráfico, branco, de 32 anos; e a de nº 2 com uma dona de casa, negra, de 59, moradora em Pontal/SP. A seleção dos sujeitos foi amparada em critérios de variabilidade, conforme Minayo (1994), de forma a contemplar gêneros, etnias, idade, condições socioeconômicas, ocupações e localidades de residência diferentes. Para este estudo, o sujeito da entrevista nº 1 foi chamado de S1 e o da entrevista nº 2, de S2.

Após leituras atentas, foi possível apontar, a partir de recortes recorrentes nas duas entrevistas, considerando a Teoria das Representações Sociais (TRS), quatro categorias discursivas, a saber:

1. Os saberes da imprensa reconhecidos como verdadeiros

Nas duas entrevistas analisadas, aparecem fortes indícios de que os sentidos propagados pela televisão, e daí não se excluem os programas jornalísticos da região de Ribeirão Preto/SP, contam com a adesão e são reproduzidos pelos sujeitos discursivos como portadores de informações inquestionáveis. Isso se deve a todo o aparato de linguagem envolvido na concepção de uma reportagem, à repetição exaustiva de conteúdos relacionados ao tema e à força da imagem, que passa a impressão de comprovação, veracidade. Ou, quem ousaria questionar algo que está ali, à frente, exposto, ao alcance dos

olhos? Os sujeitos parecem desconsiderar que a própria seleção das imagens a serem veiculadas, a angulação com que são produzidas e a forma como são narradas/explicadas ao telespectador compõem um contexto discursivo, ou seja, de fundo ideológico, persuasivo. Segundo Porto:

Poucos deixarão de admitir que a mídia, em suas diferentes facetas, mas com claro predomínio dos meios televisivos, tem protagonizado de modo crescente essa função pragmática de explicar o mundo e produzir significados para fatos e acontecimentos sob a forma de representações sociais (PORTO, 2009, p. 216-217).

Em S1, a filiação a esses sentidos pode ser notada quando questionado se a televisão influencia a opinião que ele tem do mundo, hoje. *“Muito, acho que pode-se dizer 90%. Eu acho que tudo que se passa hoje... Televisão... Todas as mídias, né, não só a televisão, mas eles têm uma influência muito forte”*. E também em: *“Eles dão o alerta, né? Pra mim, com o noticiário dessa violência toda, né, eles me passam influenciando, dando o alerta”*.

Já em S2, percebe-se rapidamente, nos três primeiros recortes, que há excitação com a televisão: 1) *“Eu adoro, vixi, tem dia que nem lá fora eu vou pra eu ver o que está passando aqui na televisão”*. 2) *“Nossa, minha mãe adora... Ela gosta do Léo [Programa do Léo, da TV Clube de Ribeirão Preto]. Dá uma meia... A televisãozinha dela fica lá no quarto... Ela pede pra eu ligar no Léo... Mas às vezes ela nem assiste. Ela dorme. Mas os moleques gostam de assistir televisão, a Melissa, a Júlia [netos]. Todo mundo adora, nossa”*. 3) *“Às vezes eu tô lá fazendo alguma coisa, eu escuto falar alguma coisa na televisão, alguma coisa que me interessa, eu correto e venho assistir”*.

2. A violência como objeto de consumo

Para Porto,

A notícia é uma mercadoria como outra qualquer, assim como a violência, a qual, com amplo poder de venda no mercado da informação, é transformada em objeto de consumo e faz com que a realidade passe a fazer parte do dia a dia mesmo daqueles que nunca a confrontaram diariamente (PORTO, 2009, p. 220).

A partir dessa visão, uma indústria do medo, representada por empresas que oferecem todo tipo de tecnologia de vigilância, têm o interesse de disseminar, por meio de reportagens sobre violência, o imaginário de que esta é um risco constante e está por toda a

parte, podendo afetar qualquer um, a qualquer momento. Isso aparece frequentemente tanto em S1 como em S2. No primeiro caso, logo na segunda pergunta, S1 expressa noção de que existe um estereótipo de vítimas de violência. A educação que recebeu, por exemplo, pode ser um fator que o exclui. Quando questionado se sofreu algum caso de violência, além de furtos citados anteriormente, enuncia: *“Eu, Graças a Deus, não. Comigo não. Eu acho que eu sou uma pessoa também muito segura, né. Através da educação que recebi, da minha infância até adolescência, estudo, né. Eu me lembro que ocorreu com amigos meus, né, questão de assalto a mão armada, aquela coisa toda constrangedora, que a pessoa chega e... né... Então, eu me lembro que... Essa questão da violência... Comigo não... É uma coisa muito difícil de se enfrentar... Porque jamais você pensa que vai ser com você, então, Graças a Deus não”*.

No entanto, parece entrar em contradição, indiciando que existe, sim, a possibilidade de que seja vítima da violência. *“Sim, sim, sim... [que se sente ameaçado]. Eu acho que até mesmo a televisão me passa isso. Então, parece que não vai acontecer com você, mas você tem que se precaver, de qualquer forma, num roubo de carro, do seu próprio carro. De repente, você tá andando pela rua, você é assaltado com uma arma, um cara chega em você e te aborda, ou você, de repente, estar andando de carro, acontecer um acidente, capotar o carro...”*

3. Prejuízos ao processo civilizatório

Essa fala de S2 antecipa a terceira categoria recorrente nas entrevistas. O reforço do imaginário do medo provoca um distanciamento do outro, especialmente de quem é considerado estranho, desconhecido, representado com alguém violento em potencial. A questão é lembrada por Koury:

O medo do outro parece enclausurar os indivíduos, sobretudo de classe média, que têm ampliadas as dificuldades de relacionamento com os outros, considerados possíveis malfeitores, aumentando o sentimento de solidão. O que provoca uma sensação nostálgica do que passou, de um tempo que não volta mais, onde os vizinhos se comunicavam entre si e havia mais cordialidade e menos agressividade (KOURY, 2011, p. 476).

S1 se refere a isso na entrevista, ao dizer que mantém atenção constante com as pessoas nas ruas. *“Vamos dizer, em qualquer coisa... Em qualquer modo, né? Tanto no trânsito, prestando atenção nas pessoas, olhando pra cima, pra baixo, né? Principalmente quando você vai ao banco, você vai sacar um dinheiro, você tem que ficar totalmente atento, você*

não sabe pra onde você olha, de quem desconfia, então, é banco, é trânsito, às vezes no passeio, então, com vários tipos de violência e outros fatos assim que ocorrem, eu, por exemplo, sou muito atento. E tenho muito medo, né?”.

Já em S2, esse afastamento do outro pode ser percebido em: *“Tenho, tenho muito medo. Muito medo mesmo. Às vezes, eu levanto no meio da noite, olho pela janela, olho ali fora, tem que dia que tá um terror, que a gente sente até o cheiro dentro de casa. Às vezes, você não pode nem falar nada, pode nem chamar uma polícia. Se chamar, a pessoa, às vezes, até percebe que é você que chamou, então você fica acuado dentro de casa”.* Também no seguinte recorte: *“Às vezes ficam brincando [meninos da rua] e mexem com o Paulo [neto], o Paulo quer tacar pedra neles, eu já falo ‘para com isso’, que uma hora eles podem tá com revólver, alguma coisa, né, do jeito que a pessoa tá ali ela dá mesmo, uma pedrada, um tiro, ela mata mesmo. É aí que vem a violência”.*

4. Violência como resultado da índole individual e legitimação da repressão policial

Tanto em S1 quanto em S2, existe a noção de que a sociedade funcionaria de maneira harmônica, não fossem os indivíduos violentos. Ou seja, as entrevistas apontam que a sociedade é boa. As pessoas más que a corrompem. Não aparecem indícios de um discurso alternativo, aquele que classificaria o indivíduo como produto de uma sociedade desarmônica, invertendo a óptica da análise: o de que o indivíduo poderia ser bom, mas a sociedade é que o corrompe. Outra questão frequente é a que os sujeitos das entrevistas não admitem a possibilidade de mudança, já que o indivíduo é visto como mau desde sua origem. Para Koury,

Digo maldade porque a cultura do medo termina por levantar uma discussão geral e presente no imaginário do brasileiro médio, da relação entre o bem e o mal intrínsecos. Onde o bem é sempre visto do lado do seu ou do meu jovem, e o mal em relação aos outros jovens em geral. Relação imaginária que provoca a suspeição de todos como universo de precaução pessoal (KOURY, 2011, p. 480).

Sendo assim, a violência não é tratada como uma questão social, que precisa da intervenção do Estado na concepção de políticas públicas que interfiram no problema, mas como algo da esfera individual, que cabe à polícia resolver. Isso é confirmado por Porto (2009, p. 222), quando cita uma pesquisa sobre representações sociais de violência feita no

Distrito Federal. “Há concordância em relação ao seguinte enunciado: ‘todos falam em direitos humanos, mas para acabar com a criminalidade, a polícia tem mesmo que matar bandido’”.

Em S1, dizeres que legitimam o discurso de que a força policial é a solução para o combate à violência podem ser observados em: *“Eu acho que a minha cidade, hoje, não é tão violenta. Óbvio que o efetivo da polícia, pelo que eu sei, muda comandante, sobe tenente, desce coronel... Graças a Deus, aqui a minha cidade sempre teve um líder, assim, no caso de comando policial, que sempre foi bem ativo, né, então, hoje, pelo menos eu, eu vejo bastante policiais, bastante guardas... Então, isso te traz uma tranquilidade maior. Então, eu não acho minha cidade violenta não”*.

Em S2, isso aparece em vários momentos. No primeiro, o sujeito enuncia a impossibilidade de mudança. *“Acho que a ruindade já vem dentro da pessoa, não é a televisão que fez, porque, se a pessoa prestar atenção na televisão e quiser tirar muitas coisas boas dela, ela tira. Mas a ruindade já vem dentro da pessoa, a pessoa já nasce com aquele dom de ser ruim”*. São sentidos que, de certa forma, reforçam os de que os saberes da imprensa não podem ser questionados, já que expressam a verdade. A contradição surge, no entanto, na comparação com um recorte citado no item 1, quando este sujeito considera que assistir a filmes violentos atrai ruindade para o coração. Ora, se a pessoa já nasce má, como isso seria possível? Então, aqui, se abriria a possibilidade de mudança, o que acaba sendo confirmado, reforçando a contradição, quando este sujeito acredita que os netos podem mudar, mas o estranho, não. *“Então, eu converso com minhas netas, eu falo pra elas, ‘não faz isso, respeita as pessoas, respeita os mais velhos, para que amanhã não aconteçam as coisas ruins, não põe apelido nos outros, não mexe com os outros na rua, porque, se você mexer, o cara vem e te joga uma pedra, te dá um tiro’*.”

Considerações finais

Buscou-se uma compreensão, com este artigo, sobre o que pensam os sujeitos discursivos apresentados nas duas entrevistas em relação à abordagem da violência em programas jornalísticos televisivos regionais e como essas visões definem suas ações/comportamentos sociais. Claro que, por serem considerações ainda preliminares, necessitam de aprofundamentos em várias das questões mencionadas, o que será feito com o desenvolvimento da pesquisa. No entanto, foi possível extrair características que merecem um olhar atento.

Nas duas entrevistas, os enunciados permitem identificar mecanismos utilizados pela imprensa para o controle dos discursos circulantes sobre violência, por meio das representações feitas em reportagens jornalísticas, e como essas representações são interpretadas pelos telespectadores, o que gera novas representações. Com base nelas, identificaram-se conteúdos repetitivos, recorrentes, que explicam as condutas dos sujeitos, amparadas na formação de um imaginário do medo, ou seja, a impressão de que, a partir de saberes considerados verdadeiros, como o da imprensa, a violência está disseminada e estamos sitiados. Por isso, é preciso cercar-se de equipamentos que garantam a segurança, evitar o contato com o outro e posicionar-se favoravelmente à repressão policial para minimizar o problema. Não se reconhece, então, a necessidade de programas sociais em longo prazo como maneira eficaz de intervenção.

S1 e S2 iniciam a entrevista referindo-se a uma sociedade harmônica no passado. E a televisão aparece representada como um instrumento agregador. Em S1, isso é indiciado em: *“Eu lembro até que, com doze anos, a família se reunia toda tardezinha para poder assistir a tal Escolinha do Professor Raimundo, que era em meados de 94, 93... Então, era difícil ter alguma coisa de assalto...”*. Já em S2: *“Todo mundo ia na minha casa assistir televisão. Ficava assim, ó, um monte de gente sentado na sala, num sofazinho que nós tinha... Dava aquela hora das novelas, acho que nem lembro mais o nome das novelas, ia todo mundo pra lá, finado Machado, filho da Dona Adélia, ia todo mundo pra lá, o Tigrim, finado Tigrim, tudo assistir televisão... Foi a primeira televisão que eu tive, preta e branca... Eu tinha treze anos.”*

Aqui, a lembrança de nomes de pessoas e até de apelidos demonstram uma proximidade quase íntima, o que, segundo os sujeitos, foi perdida com a violência. A partir daí, eles começam um processo de reflexão que leva à conclusão de que esse clima de união foi afetado por indivíduos violentos, que hoje tiram a tranquilidade da família. Em nenhum momento existe uma brecha para que se pense o contrário: que as representações sociais sobre violência na televisão têm reforçado o imaginário de que aglomerações podem incitar a violência. Com isso, os sujeitos, quando não se isolam em casa, saem às ruas tensos: com a sensação de que podem ser alvos.

A percepção, nesses casos, contribui para confirmar o que foi discutido anteriormente, que a violência é propagada pelos programas jornalísticos regionais apenas de forma maniqueísta, uma luta de pessoas boas contra as más. E se as más estragam a convivência, devem ser eliminadas, apartadas do convívio social pela repressão policial, o

que legitima, de quebra, o poder do Estado. Não há tentativas – e, se houver, são poucas – de romper com esses sentidos e propor o encontro com o outro, a retomada do processo civilizatório e a canalização da energia de indivíduos violentos para a realização de trabalhos sociais como alternativas. Para Foucault (1972), priorizar a repressão faz gerar resistência e, com isso, mais repressão, nova resistência, repressão mais uma vez, num círculo vicioso.

Sendo assim, caberia ao jornalismo televisivo regional, aproveitando a maior proximidade com seu público e reconhecendo a necessidade de retomada das expressividades locais e de combater a homogeneização dos discursos, promover uma mudança na óptica da abordagem. Essa mudança seria, segundo Foucault (1972), considerando que as representações orientam as práticas, um dos caminhos para que haja uma transformação social.

Souza (2015) vai pela mesma via. Para ele, é urgente que se estimule uma interlocução entre os profissionais de comunicação, pesquisadores, operadores de segurança pública e a sociedade, a fim de que se discuta a violência não como uma batalha apenas entre dois lados, mas como produto de um conjunto de fatores. Entre eles, a própria responsabilidade da imprensa ao falar sobre o tema.

Referências

ARAÚJO, F. A. C.; TOSCANO, G. S. **A violência sob a mira da mídia e suas implicações sociais.** In: XVIII Semana de Humanidades da UFRN, 2010, Natal - RN. Anais da XVIII Semana de Humanidades da UFRN. Natal: UFRN, 2010. Disponível em <<http://www.cchla.ufrn.br/shXVIII/artigos/GT22/Artigo%20A%20VIOLENCIA%20SOB%20A%20MIRA%20DA%20MIDIA%20E%20SUAS%20IMPLICACOES%20SOCIAIS.pdf>>. Acesso em 18 de junho de 2015.

AZEVEDO, S. **Violência na Escola: o desafio de enfrentar o bullying e reconstruir a paz.** Brasília: Kiron, 2013.

CORREA, F. B. **A busca por segurança: imaginário do medo e geografia urbano.** Revista Contemporânea. Ed. 14, v. 8, 2010. Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/699>>. Acesso em 27 de agosto de 2015.

DUARTE, J.; BARROS, A. (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1972.

JUNQUEIRA, L. **O papel dos media na construção das representações sociais da violência**: o caso da televisão no Brasil e dos jornais impressos em Pernambuco. Recife, 1998. Disponível em <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/699286e4ae53cadba906f7f8c9e332d6.PDF>>. Acesso em 19 de junho de 2015.

JODELET, D. **Representações sociais**: um domínio em expansão. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 2001.

KOURY, M. G. P. **Medos urbanos e mídia**: o imaginário sobre violência e juventude no Brasil atual. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922011000300003&script=sci_arttext>. Acesso em 28 de junho de 2015.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORIGI, V. J. **Teoria Social e Comunicação**: Representações Sociais, Produção de Sentidos e Construção dos Imaginários Midiáticos. Disponível em <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/9/10>>. Acesso em 27 de julho de 2015.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em Psicologia Social. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

PAVARINO, R. N. Teoria das Representações Sociais: pertinência para as pesquisas em comunicação de massa. **XXVI Congresso Brasileiro das Ciências da Comunicação** (Intercom), 2 a 6 de setembro de 2003. Disponível em <<http://www>.

portcom.intercom.org.br/navegacaoDetalhe.php?option=trabalho&id=42086>. Acesso em 15 de agosto de 2015.

PORTO, M. S. G. P. Mídia, segurança pública e representações sociais. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 21, nº 2. Novembro de 2009.

SODRÉ, M. **Sociedade, Mídia e Violência**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SOUZA, R. S. R. Uma discussão oportuna: mídia, violência e direitos humanos. *Jornal Santuário de Aparecida*, 6 de agosto de 2015. Disponível em <<http://www.a12.com/editora-santuario/artigos/detalhes/uma-discussao-oportuna-midia-violencia-e-direitos-humanos>>. Acesso em 24 de setembro de 2015.

TEIXEIRA, M. C. S.; PORTO, M. R. S.. **Violência, insegurança e imaginário do medo**. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32621998000400005&script=sci_arttext>. Acesso em 26 de junho de 2015.